

Desigualdades demográficas e socioeconômicas entre brancos e indígenas no Brasil*

Cláudio Santiago Dias Júnior¹
Ana Paula de Andrade Verona²
João Luiz Pena³
George Luiz Lins Machado-Coelho⁴

RESUMO

Este artigo descreve e compara alguns dos principais indicadores demográficos e socioeconômicos entre brancos e indígenas no Brasil. Utilizando os dados da amostra do Censo Demográfico 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, são analisados os 15 municípios brasileiros com maior percentual de indígenas. Os resultados mostram que o fato de os indígenas representarem uma parcela significativa da população dos municípios estudados não implica condições demográficas e socioeconômicas semelhantes às da população branca.

Palavras chave: Desigualdade Racial, População Indígena, Cor/Raça.

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos o Brasil foi interpretado como sendo um país onde não havia preconceito racial (Fernandes, 2004; Coimbra Jr. e Santos, 2000; Silva, 1988; Hasenbalg, 1988). Dado o alto grau de miscigenação aqui observado,

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no encontro anual da Associação Americana de População (PAA), realizado em Detroit, entre os dias 30/04 a 02/05/2009. Os autores agradecem os comentários dos professores C. Matthew Snipp (Stanford University) e Carolyn A. Liebler, (University of Minnesota).

¹ Doutor em Demografia. Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: csdj@hotmail.com

² Doutora em Sociologia/Demografia pelo Population Research Center/Department of Sociology, The University of Texas at Austin. E-mail: anapaula@prc.utexas.edu

³ Mestre em Engenharia Sanitária. Pesquisador do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: joaoluizpena@gmail.com

⁴ Doutor em Parasitologia. Professor Associado do Departamento de Ciências Médicas da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: gmcoelho@ef.ufop.br

muitos estudiosos acreditavam ter encontrado o lugar da democracia racial no mundo (Freyre, 1987[1933]). Essa perspectiva analítica serviu, e ainda serve, em muitos momentos, para mascarar as graves desigualdades sociais presentes no país (Lopes, 2005; Hasenbalg, 1988).

Diversos pesquisadores defendem a ideia de que as desigualdades sociais são frutos das relações de classes e não das relações raciais (Ribeiro, 2006; Fernandes, 1978[1964]; Costa-Pinto, 1953; Pierson, 1945). Apesar da força teórica dessa interpretação, novas análises têm apontado para as relações raciais como um dos pontos nevrálgicos das desigualdades sociais no Brasil (Fernandes, 2004; Telles, 2003; Hasenbalg e Silva, 1988). Pesquisas recentes têm mostrado que, mesmo após controlar por variáveis socioeconômicas, os brancos sempre estão em vantagem em relação aos não brancos (grupo geralmente formado por pretos e pardos) (Picanço, 2007; Fernandes, 2004; Ribeiro, 2006; Olinto e Olinto, 2000; Hasenbalg e Silva, 1988; Wood e Carvalho, 1988). Segundo essas pesquisas, esse subgrupo populacional tem menos escolaridade (Ribeiro, 2006; Fernandes, 2004; Hasenbalg e Silva, 1988), menor renda (Ferreira, 2000), estão em ocupações de baixo prestígio social (Picanço, 2007; Hasenbalg, 1998), têm menos acesso à saúde e estão mais expostos à violência urbana (Chor e Lima, 2005; Lopes, 2005). Para essa parcela da população brasileira, que vive em um contexto social bastante desfavorável, a mobilidade social ascendente é muitas vezes impossível (Telles, 2003; Silva, 1988).

Um aspecto que chama atenção nos estudos de desigualdade racial no Brasil é a não inclusão da população indígena nas análises (Miranda-Ribeiro, 2006; Coimbra Jr. e Santos, 2000), apesar da sua importância histórica, social e cultural no Brasil (Miranda-Ribeiro, 2006), e de ser foco constante da preocupação dos organismos internacionais de ajuda humanitária e desenvolvimento sustentável. Essa ausência é quase sempre justificada pelo reduzido contingente populacional indígena, uma vez que no Brasil esse subgrupo representa 0,5% da população total (Dias Júnior et al., 2008a; Perz, Warren e Kennedy, 2008; Pagliaro, Azevedo e Santos, 2005; IBGE, 2005). Outra explicação muito utilizada é a ausência de dados confiáveis sobre essa parcela da população (Cardoso, Santos e Coimbra Jr., 2005; McSweeney e Arps, 2005; Coimbra Jr. e Santos, 2000). Apesar dessas justificativas, deve-se destacar que desde 1991 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reintroduziu em suas pesquisas o termo "indígena" na variável cor/raça. Vale lembrar que este termo estava presente no censo de 1960, embora não seja considerado por muitos pesquisadores (Pagliaro, Azevedo e Santos, 2005; Pereira et al., 2008; Carvalho, Wood e Andrade, 2003) nem pelo próprio IBGE (IBGE, 2007).

É fato que os dados do IBGE possuem diversas lacunas em relação ao conceito cor/raça, pois não permitem, por exemplo, saber a etnia dos indígenas e as características das populações aldeadas (Coimbra Jr. e Santos, 2000). Apesar disso, os dados do IBGE constituem uma importante fonte de informações socioeconômicas e demográficas, que sem dúvida estão subutilizadas, quando se trata de análises sobre a população indígena no Brasil (Wong, Morell e Carvalho, 2009).

Diante desse cenário, este artigo busca contribuir para a análise das desigualdades raciais no Brasil, examinando os diferenciais entre brancos e indígenas. Para a realização deste trabalho são utilizados os dados da amostra do Censo Demográfico 2000 do IBGE, que são complementados com informações do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde - Datasus; do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e do cadastro do Conselho Missionário Indígena - CIMI.

O principal objetivo deste artigo é verificar se os indígenas apresentam condições demográficas e socioeconômicas semelhantes às da população branca em uma realidade onde são maioria. O foco deste estudo são os quinze municípios com os maiores percentuais de população indígena em relação ao total da população. Somando toda a população indígena destes municípios, eles perfazem 51% do total. É importante salientar que o termo indígena utilizado neste artigo se refere às pessoas que se autodeclararam como tal no Censo Demográfico 2000. Essa autodeclaração não implica um pertencimento automático a uma etnia específica (Pereira, Santos e Azevedo, 2005).

Contudo, é importante destacar também que como todos os quinze municípios possuem Terras Indígenas (TIs), pode-se esperar que os resultados encontrados sejam uma *proxy* das populações indígenas aldeadas (IBGE, 2005). Esses municípios são caracterizados por uma intensa diversidade étnica e cultural, que provavelmente ajudam a entender os diferenciais demográficos e socioeconômicos encontrados no presente estudo. No entanto, como o objetivo deste artigo é descrever tais diferenciais, a presença dessa diversidade não impede a comparação entre brancos e indígenas, principalmente porque o IBGE não aplica questionários nas TIs.

MATERIAL E MÉTODOS

Este artigo analisa, de maneira descritiva, os diferenciais demográficos e socioeconômicos entre os indivíduos residentes nos quinze municípios brasileiros com as maiores proporções de indígenas em 2000. A opção por esses municípios se deve ao fato de se buscar uma representatividade estatística dos indígenas em relação à população total. Como se sabe, no Brasil, a população indígena representa 0,5% do total da população, o que dificulta estudos comparativos.

Os dados utilizados neste artigo foram retirados da amostra do Censo Demográfico 2000, realizado pelo IBGE (informações dos indivíduos e domicílios); do Datasus (informações sobre mortalidade infantil); do PNUD (informações sobre o índice de desenvolvimento humano-IDH) e do CIMI (listagem dos povos indígenas residentes nos municípios selecionados).

A população alvo deste artigo foi dividida entre brancos e indígenas, sendo as demais categorias (preta, parda, amarela) excluídas. Esta exclusão foi feita porque este artigo busca comparar os indígenas com a categoria racial que historicamente apresenta os melhores indicadores socioeconômicos, ou seja, os

brancos. Com esse recorte, o banco de dados utilizado passou a contar com 86.429 indivíduos.

Os diferenciais demográficos entre estes dois grupos foram medidos a partir da pirâmide etária, da razão de sexo, razão de dependência total, de jovens e idosos, da taxa de fecundidade total (TFT), da taxa de mortalidade infantil (TMI) e do percentual de não-migrantes. Os diferenciais socioeconômicos foram medidos através da escolaridade média dos indivíduos com 15 anos e mais, da renda média dos trabalhadores com 10 anos e mais, do percentual de indivíduos com 10 anos e mais com trabalho remunerado e do percentual de indivíduos com 65 anos e mais com aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Já os diferenciais dos domicílios foram mensurados através da porcentagem de indivíduos vivendo em residências com iluminação elétrica, água tratada e rede de esgoto ou fossa séptica.

RESULTADOS

A Tab. 1 apresenta a lista dos quinze municípios brasileiros com as maiores proporções de autodeclarados indígenas em 2000 e seus respectivos IDHs. A Tab. 1 mostra que esses municípios são de pequeno porte: apenas quatro deles apresentam uma população total superior a dez mil habitantes. O município de São Gabriel da Cachoeira, além de possuir o maior percentual de indígenas em relação à população total, também é o município brasileiro com a maior população autodeclarada indígena em números absolutos. Esse município fica a frente de Salvador (Bahia) e São Paulo (São Paulo), dois dos maiores municípios do Brasil e que apresentam o segundo e terceiro maior contingente de autodeclarados indígenas em números absolutos, mas cuja participação desse grupo em relação ao total da população é muito baixa (0,8% e 0,2% respectivamente) (IBGE, 2005). Pode-se observar que o IDH dos quinze municípios estudados oscila entre 0,542 e 0,718, caracterizando-os como áreas de médio IDH.

A distribuição geográfica desses municípios é bastante dispersa, uma vez que estão presentes nas cinco grandes regiões brasileiras. Como pode ser verificado na Tab. 1, nove municípios estão localizados na região norte do país, com uma maior concentração no estado de Roraima; quatro estão localizados nas regiões sul e sudeste, as áreas mais desenvolvidas do país; um na região nordeste e outro na região centro-oeste.

Da lista dos quinze municípios com as maiores proporções de autodeclarados indígenas, todos apresentam Terras Indígenas (TIs), isto é, têm em seus domínios povos indígenas vivendo em aldeias. Segundo o Quadro 1, que mostra os povos indígenas aldeados segundo o município de residência, o município de São Gabriel da Cachoeira é o que possui o maior número de povos indígenas aldeados em sua área (15), seguido pelo município de Santa Isabel do Rio Negro (6), ambos no estado do Amazonas.

Tabela 1. Municípios com as maiores proporções de autodeclarados indígenas, Brasil, 2000

Município	Estado	Região	População total	% indígena	IDH 2000
São Gabriel da Cachoeira	Amazonas	N	29.947	76,3	0,673
Uiramutã	Roraima	N	5.802	74,4	0,542
Normandia	Roraima	N	6.138	57,2	0,600
Santa Rosa do Purus	Acre	N	2.246	48,3	0,525
Ipuacu	Santa Catarina	S	6.122	47,9	0,716
Baía da Traição	Paraíba	NE	6.483	47,7	0,594
Pacaraíma	Roraima	N	6.990	47,4	0,718
Benjamim Constant do Sul	Rio Grande do Sul	S	2.727	40,7	0,666
São João das Missões	Minas Gerais	SE	10.230	40,2	0,595
Japorã	Mato Grosso do Sul	CO	6.140	39,2	0,636
Jacareacanga	Pará	N	24.024	38,4	0,652
Amajari	Roraima	N	5.294	37,3	0,654
Bonfim	Roraima	N	9.326	37,0	0,654
Charrua	Rio Grande do Sul	S	3.783	35,4	0,716
Santa Isabel do Rio Negro	Amazonas	N	10.561	34,8	0,548

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; PNUD, 2008.

Município	Estado	Povo indígena
São Gabriel da Cachoeira	Amazonas	Desano, Arapaso, Baniwa, Barasana, Baré, Karapanã, Maku, Miriti, Piratapuya, Suriana, Tariano, Tukano, Tuyuca, Wanano, Warekena
Uiramutã	Roraima	Patamona, Ingarikó, Makuxi, Taurepang, Wapixana
Normandia	Roraima	Patamona, Ingarikó, Makuxi, Taurepang, Wapixana
Santa Rosa do Purus	Acre	Kaxinawá, Kulina
Ipuacu	Santa Catarina	Kaingang
Baía da Traição	Paraíba	Potiguara
Pacaraíma	Roraima	Makuxi, Taurepang, Wapixana
Benjamim Constant do Sul	Rio Grande do Sul	Kaingang, Guarani
São João das Missões	Minas Gerais	Xakriabá
Japorã	Mato Grosso do Sul	Guarani, Guarani Nhandeva
Jacareacanga	Pará	Kaiabi, Mundukuru, Apiaká, Koyabi
Amajari	Roraima	Makuxi, Wapixana
Bonfim	Roraima	Aturau, Jaricuna, Makuxi, Wapixana
Charrua	Rio Grande do Sul	Kaingang
Santa Isabel do Rio Negro	Amazonas	Desano, Baré, Maku, Piratapuya, Tikuna, Tukano

Quadro 1. Povos indígenas aldeados segundo o município de residência- Brasil, 2000

Fonte: Comissão Indigenista Missionário - CIMI, 2008.

O Gráfico 1 representa a pirâmide etária das populações branca e indígena residentes nos quinze municípios analisados neste estudo. Segundo este gráfico, percebe-se que a população indígena é mais jovem que a população branca. A partir do grupo etário de 20-24 anos, a população branca (tanto feminina como masculina) passa a apresentar uma maior proporção de pessoas do que a população indígena.

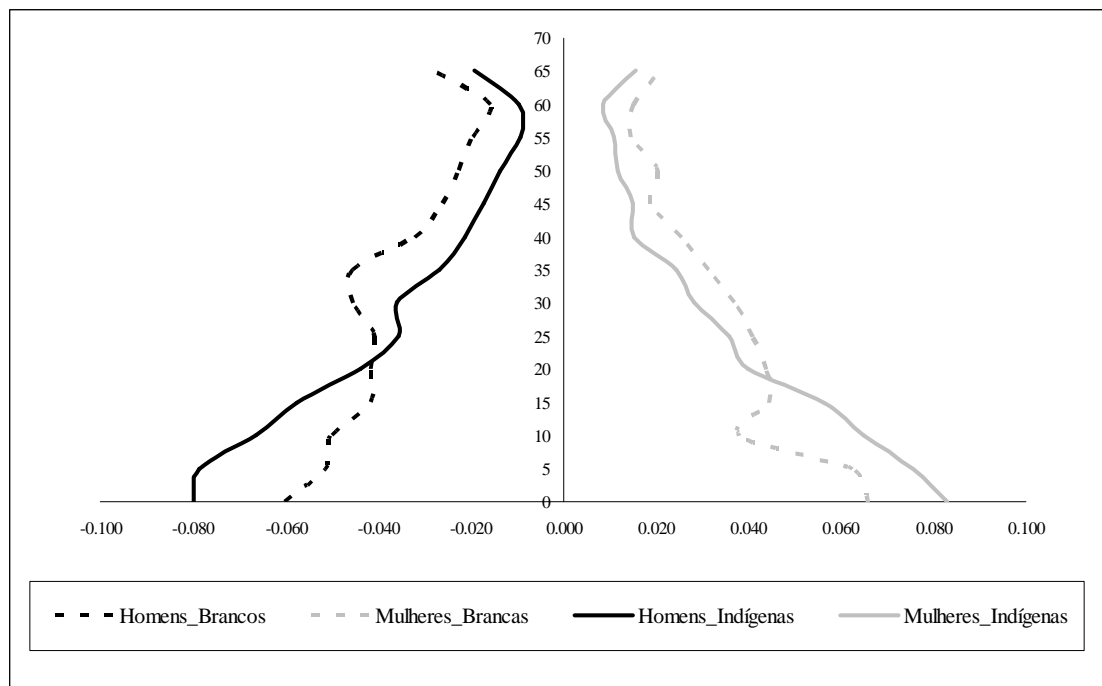


Gráfico 1. Pirâmide etária segundo sexo e cor/raça, dos quinze municípios com as maiores proporções de indígenas - Brasil 2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

As razões de dependência, como aquelas apresentadas na Tab. 2, podem ser definidas como a razão entre o segmento etário da população economicamente dependente (os menores de 15 anos e os de 60 anos e mais) e o segmento etário potencialmente produtivo (15 a 59 anos), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Essa razão mostra a participação relativa da população que deve ser sustentada pela população potencialmente produtiva. Quanto maior o valor, maior a dependência.

No caso da população indígena, a razão de dependência total é de 101, o que quer dizer que para cada 100 indivíduos em idade produtiva, existem 101 crianças, jovens e idosos. Entre os brancos, a razão de dependência é de 69. Um valor menor se comparado com os indígenas, mas ainda alto, pois para cada 100

indivíduos em idade produtiva, existem 69 crianças, jovens e idosos que são potenciais usuários de serviços que demandam muito investimento público.

Entre os indígenas a razão de dependência de jovens é muito maior se comparada com a dos brancos. Segundo a Tab. 2, para cada 100 indígenas no grupo etário entre 15 e 59 anos existem 90 com até 14 anos de idade. Entre os brancos, essa razão é de 55. Não obstante, deve-se salientar que a razão de dependência de jovens observada entre os brancos é superior à observada para o Brasil no mesmo período (46). Já a razão de dependência dos idosos se inverte. Ela é maior entre os brancos do que entre os indígenas. Mesmo com essas diferenças, ao se comparar com a razão de dependência dos idosos para o Brasil em 2000 (9), ambos os subgrupos (brancos e indígenas) apresentam valores superiores.

Tabela 2. Aspectos demográficos, socioeconômicos e domiciliares, segundo a cor/raça, nos quinze municípios com as maiores proporções de indígenas - Brasil, 2000

<i>Variáveis</i>	Branco	Indígena
<i>Aspectos demográficos</i>		
Razão de sexo (M/F)	108	110
Razão de dependência (Total)	69	101
Razão de dependência (Jovens)	55	90
Razão de dependência (Idosos)	13	11
Taxa de fecundidade total (TFT)	2,8	5,1
Taxa de mortalidade infantil por mil nascimentos	15,2	45,3
Não migrante (%)*	52,6	94,8
<i>Aspectos socioeconômicos</i>		
Escolaridade média (pessoas com 15 anos e mais)	5,8	2,9
Renda média do trabalhador, em reais, (pessoas com 10 anos e mais)	463,1	61,3
Maiores de 10 anos com trabalho remunerado na semana de referência (%)*	44,8	14,4
Maiores de 65 anos com aposentadoria INSS (%)*	83,7	60,3
<i>Características do domicílio</i>		
Urbano (%)*	43,2	12,9
Vive em domicílio com iluminação elétrica (%)*	90,1	32,1
Vive em domicílio com água tratada (%)*	47,8	24,1
Vive em domicílio com rede geral de esgoto ou fossa séptica(%)*	24,9	12,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000; Datasus, 2008.

* *p* valor < 0, 001

Outros componentes da dinâmica demográfica apresentados na Tab. 2 são as TFT e TMI. Fica claro que a taxa de fecundidade entre os brancos é muito inferior à observada entre os indígenas, sendo a diferença entre esses grupos de 2,3 filhos. Em relação à mortalidade infantil, novamente é observado que os indígenas experimentam as maiores taxas, sendo a TMI três vezes menor entre os brancos (45,3 contra 15,2). Esses valores são importantes porque indicam uma grande diferença na qualidade de vida entre essas duas populações, que podem representar diferenças no acesso a serviços de saúde e de planejamento familiar. A Tab. 2 ainda revela restrita mobilidade entre indígenas, pois quase a totalidade desses indivíduos (94,8%) nasceu no município recenseado e nunca migraram.

As diferenças entre brancos e indígenas continuam quando são analisados os aspectos socioeconômicos. Em relação à educação, por exemplo, mesmo os dois grupos apresentando baixa média de anos de estudo, a escolaridade dos brancos é quase três anos maior que a os indígenas. A renda média desses dois grupos também é muito diferente. Enquanto os brancos recebem em média 463 reais ao mês, os indígenas auferem apenas 61 reais, um valor oito vezes menor. A Tab. 2 também evidencia que os brancos possuem uma maior inserção no mercado de trabalho (44,8%) e mais recebimento de aposentadorias (83,7%), quando comparados com os indígenas (14,4% e 60,3%, respectivamente).

Considerando aspectos relativos ao domicílio, novamente se observa diferenças significativas entre brancos e indígenas. Em relação à situação do domicílio, enquanto 43,2 % dos brancos residem nas áreas urbanas, apenas 12% dos indígenas estão nessa situação. Em relação aos serviços públicos, observa-se que os brancos possuem maior acesso. O acesso à eletricidade entre os brancos é três vezes maior que entre os indígenas (90,1% contra 32,1%). Já em relação à água tratada e à rede de esgoto geral ou fossa séptica, embora para ambos os grupos a porcentagem seja reduzida, os brancos têm o dobro de acesso.

DISCUSSÃO

Segundo revelam os resultados deste artigo, existe uma profunda desigualdade entre brancos e indígenas no Brasil. Essas desigualdades refletem uma história que conjuga opressão e descaso por parte de vários atores sociais, dentre eles o Estado brasileiro (Chor e Lima, 2005; Coimbra Jr. e Santos, 2000).

A análise dos quinze municípios com maior porcentagem de indígenas no Brasil mostra que a estrutura etária dessa população é mais jovem que a dos brancos. Estudos de caso têm também indicado um número significativo de jovens em populações aldeadas (Dias Júnior et al, 2008; Pagliaro et al. 2008; IBGE, 2005; Souza e Santos, 2001). Esse fato é esperado, já que as taxas de fecundidade entre essas populações são geralmente altas (Pereira, Santos e Azevedo, 2005). Essa estrutura etária jovem produz uma razão de dependência distinta entre brancos e indígenas. Como mostra a Tab. 2, os indígenas em idade

produtiva têm uma carga muito maior que a dos brancos, no que se refere à parcela da população jovem dependente dos adultos. Esse padrão pode indicar que, entre os indígenas, a implementação de políticas voltadas para as crianças e jovens seja mais urgente (Coimbra Jr. e Santos, 2000).

Em relação à TFT indígena, o valor encontrado neste estudo (5,1) é menor que os encontrados entre algumas populações indígenas aldeadas. A população Suyá apresentou, entre 2000 e 2007, uma TFT de 6,7 filhos (Pagliaro et al. 2008). Já os indígenas das terras baixas da Amazônia apresentaram uma TFT de 7,5 filhos em 2000 (McSweeney e Arps, 2005). Teixeira e Brasil (Teixeira e Brasil, 2005) estimaram uma TFT de 8,1 filhos para os Sateré-Mawé do estado do Amazonas, enquanto Campanário (Campanário, 2005) encontrou uma TFT de 10,2 filhos para os Kaiabi do Parque Nacional do Xingu, entre 1995 e 2000. Entre a população Xavante de Sangradouro-Volta Grande, a TFT alcançou 8,6 filhos no período entre 1993 e 1997. (Souza e Santos, 2001). Uma exceção são as mulheres Krenak, aldeadas no estado de Minas Gerais, cuja TFT é de 3,6 filhos em 2007 (Dias Júnior et al, 2008).

Comparando com a população branca, a TFT indígena se mostra muito superior independente da situação de domicílio, estados ou das regiões (Wong, Morell e Carvalho, 2009; Dias Júnior *et al*, 2008b; IBGE, 2005). Algumas explicações para a maior TFT entre as indígenas autodeclaradas no censo podem estar relacionadas às desvantagens em relação ao acesso aos serviços médicos especializados em planejamento familiar, bem como à educação formal (Dias Júnior, 2008b).

Persiste no Brasil um forte viés racial entre as taxas de mortalidade (Wood e Carvalho, 1988). Os diferenciais na TMI entre brancos e indígenas encontrados neste estudo revelam uma grande discrepância entre esses dois grupos. Segundo os resultados apresentados, a chance de uma criança indígena com menos de um ano morrer é três vezes maior que a chance de uma criança branca; resultados semelhantes são encontrados no Panamá (Coimbra Jr. e Santos, 2000). A TMI estimada neste trabalho para a população indígena (45,3) é menor do que aquela encontrada, por exemplo, entre a população Xavante (87,1 por mil) (Souza e Santos, 2001), mas é superior à taxa encontrada entre os Kaiabi (32,8) (Pagliaro, 2005) e entre os autodeclarados indígenas em 2002, cuja taxa variou de 25 a 41,5, dependendo dos dados utilizados (Cardoso, Santos e Coimbra Jr., 2005). Outro estudo observou que a mortalidade infantil entre os indígenas é a mais alta do país, seja em comparação com brancos, pretos e pardos (Chor e Lima, 2005). Esses achados evidenciam as desfavoráveis condições sociais e econômicas dessa parcela da população (Pena, Heller, Dias Júnior, 2009).

Outro aspecto importante mostrado neste estudo é a diferença em relação à migração entre brancos e indígenas. Nos quinze municípios analisados, aproximadamente 50% da população branca é migrante, contra quase 6% dos indígenas. Esses dados revelam a imobilidade dos indígenas no município de nascimento (Dias Júnior *et al*. 2008a; Perz, Warren e Kennedy, 2008), mesmo com um aumento da migração rural-urbano entre esse subgrupo populacional (Coimbra Jr. e Santos, 2000). É de se esperar que a migração de brancos para as

áreas de maioria indígena esteja provocando mudanças sociais e econômicas, aprofundando as desigualdades sociais entre esse grupo e os nativos.

Em relação aos aspectos socioeconômicos e domiciliares fica claro que tanto os brancos como os indígenas residentes nos quinze municípios analisados vivem, em média, em uma situação precária. Não obstante, o caso dos indígenas é muito pior. Em relação à escolaridade, os brancos possuem quase que o dobro dos anos de estudo dos indígenas. Mesmo assim, os brancos apresentam uma média menor do que aquela encontrada para o Brasil (Pereira et al 2005). Essa baixa escolaridade entre os dois subgrupos populacionais era esperada, haja vista os valores encontrados para o IDH dos municípios analisados.

A baixa escolaridade encontrada pode refletir na baixa renda média de brancos e indígenas. Mesmo assim, as diferenças são substanciais, uma vez que os brancos ganham em média quase 8 vezes mais que os indígenas. Essa diferença é bem superior às encontradas entre brancos e negros (Picanço, 2007; Ribeiro, 2006; Hasenbalg e Silva, 1988), o que indica uma situação ainda mais desfavorável dos indígenas no Brasil.

Os resultados ainda mostram uma disparidade em relação ao acesso aos bens públicos como luz elétrica, água tratada e rede de esgoto ou fossa séptica quando considerada a cor/raça do indivíduo. As condições precárias de moradia dos indígenas podem estar contribuindo, e muito, para as desvantagens socioeconômicas, demográficas e de saúde encontradas neste estudo. Os dados reforçam a urgência de políticas públicas voltadas para essa parcela da população brasileira (Lopes, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de os indígenas representarem uma significativa parcela da população dos municípios estudados não garante condições socioeconômicas e demográficas semelhantes às da população branca. As desigualdades entre brancos e indígenas são patentes em todos os indicadores mostrados. A população indígena é muito mais jovem, com uma razão de dependência do jovem maior, e, além disso, possui TFT e TMI mais elevadas. A média de anos de estudo é muito inferior, bem como a renda média, a inserção no mercado de trabalho e o recebimento da aposentadoria oficial. Finalmente, as condições de moradia são muito piores.

Deve-se salientar que nesses quinze municípios existem mais de 30 etnias diferentes, o que resulta em diversos padrões e aspectos culturais que podem ajudar a explicar parte das desigualdades demográficas e socioeconômicas observadas. O estudo de tais padrões e aspectos foge ao escopo deste artigo, podendo ser mais bem investigados através de estudos antropológicos.

Além disso, é provável que a população branca desses municípios receba mais atenção dos poderes públicos locais, apropriando-se, de maneira desigual, dos recursos disponíveis, inclusive daqueles vindos das esferas estaduais e

federais. Tal comportamento pode, sem dúvida, refletir preconceitos em relação aos indígenas.

Os resultados aqui apresentados são preliminares, mas revelam, sem dúvida, a importância de se estudar os aspectos constitutivos das desigualdades sociais no Brasil a partir do viés racial, destacando a população indígena que historicamente, não faz parte das preocupações dos estudiosos dessa temática. Um dos próximos passos a serem dados é a análise individual de cada um desses quinze municípios, buscando, com isso, descrever e explicar as possíveis desigualdades entre brancos e indígenas, destacando aspectos culturais dos povos indígenas aldeados.

Demographic and Socioeconomic inequalities between Whites and Indigenous in Brazil

ABSTRACT

Using data from the 2000 Brazilian Demographic Census of Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the fifteen municipalities with the highest percentage of indigenous people were analyzed. The fact of indigenous people represents a significant portion of total population in these fifteen municipalities does not mean they have demographic and socioeconomic conditions similar to those of white population.

Key-words: Racial Inequality, Indigenous Population, Color/Race.

REFERÊNCIAS

Campanário P. Estimativas de fecundidade e de mortalidade de populações de pequena escala através de um modelo demográfico. In: Pagliaro H, Azevedo MM, Santos RV, organizadores. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 103-118.

Cardoso AM, Santos RV, Coimbra Jr, CEA. Mortalidade infantil segundo raça/cor no Brasil: o que dizem os sistemas nacionais de informação? Cad. Saúde Pública, v.21, n.5, p.1602-1608, 2005.

Carvalho JAM, Wood CH, Andrade FCD. Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/90. R. Bras. Est. Pop, v.20, n.1, p.29-42, 2003.

Chor D, Lima CRA. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. Cad. Saúde Pública, v.21, n.5, p.1586-1594, 2005.

Coimbra Jr CEA, Santos RV. Saúde, minorias e desigualdades: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.5, n.1, p.125-132, 2000.

Pinto L. O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953, 355p.

Dias Júnior CS, Verona APA, Pena JL, Machado-Coelho, GLL. Crescimento da população indígena em Minas Gerais: uma análise da influência da dinâmica demográfica e reclassificação racial a partir dos dados de 1991/2000. *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 2008(a)*.

Dias Júnior CS, Verona APA, Pena JL, Machado-Coelho, GLL. Fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas residentes em Minas Gerais, Brasil: uma análise a partir do Censo Demográfico 2000. *Cad. de Saúde Pública*, v.24, n.11, p.2.477-2.486, 2008(b).

Dias Júnior CS, Verona APA, Pena JL, Machado-Coelho, GLL; Moreira, LE Comportamento reprodutivo das mulheres indígenas: um estudo do povo Krenak, Minas Gerais, Brasil. In: Córdoba, *Anais 3º Congreso Latinoamericano de Población*, 2008.

Fernandes D. Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras de cor. Prêmio IPEA 40 anos - IPEA-Caixa, 2004. (monografias premiadas), Brasília, IPEA.

Fernandes F. A integração do negro da sociedade de classes. São Paulo: Editora Ática, 1978 (1964), 478p.

Ferreira FHG. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional? PUC-Rio. Rio de Janeiro. (Texto para discussão n.415), 2000.

Freyre G. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987 (1933), 573p.

Hasenbalg C, Silva NV. Estrutura social, mobilidade e raça. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988, 200p.

Hasenbalg C. Raça e mobilidade social. In: Hasenbalg C; Silva NV (Eds). *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988, p.164-182.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tendências demográficas: Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tendências demográficas: Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Lopes F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cad. Saúde Pública*, v.21, n.5, p.1595-1601, 2005.

McSweeney K, Arps SA. "Demographic turnaround" The rapid growth of indigenous populations in lowland Latin America. *Latin American Research Review*, v.40, n.1, p.3-29, 2005.

Miranda-Ribeiro P. Somos racistas. *R. Bras. Est. Pop*, v.23, n.2, p.375-377, 2006.

Olinto MAT, Olinto, BA. Raça e desigualdade entre as mulheres: um exemplo no sul do Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v.16, n.4, p.1137-1142, 2000.

Pagliari H, Azevedo MM, Santos RV. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: Pagliaro H; Azevedo, M.M.; Santos,R.V. (Orgs.). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 11-32.

Pagliari H, Carvalho NS, Rodrigues D, Baruzzi RG. Demography Dynamics of the Suyá, a Jê People of the Xingu Park, Central Brazil, 1970-2004. *Cad. Saúde Pública*, n.23, v.5 p. 1071-81, 2007.

Pagliari H, Mendonça S, Carvalho NS, Macedo ES, Baruzzi RG. Fecundidade e saúde reprodutiva dos Suyá. Aspectos Demográficos e culturais. *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 2008*.

Pagliari H. A revolução demográfica dos povos indígenas: a experiência dos Kaiabi do parque Nacional do Xingu, Mato Grosso. In: Pagliaro H, Azevedo MM, Santos RV, organizadores. *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 103-118.

Pena, JL; Heller, L; Dias Júnior, CS. A população Xakriabá, Minas Gerais: aspectos demográficos, políticos, sociais e econômicos. *Rev. bras. estud. popul.*, vol.26, n.1, pp. 51-59, 2009.

Pereira NOM, Santos RV, Azevedo MM. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos de 1991 e 2000. In: Pagliaro H, Azevedo MM, Santos RV, organizadores. *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 155-166.

Pereira NOM, Santos RV, Coimbra CEA, Souza LG. Construção de indicadores de saúde para os indígenas a partir do Censo Demográfico 2000: reflexões a partir do caso dos Xavante de Mato Grosso. *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 2008*.

Perz SG, Warren J, Kennedy DP. Contributions of racial-ethnic reclassification and demographic processes to indigenous population resurgence. *Latin American Research Review*, v.43, n.2, p.7-33, 2008.

Picanço F. O Brasil que sobe e desce: uma análise da mobilidade socioocupacional e realização de êxito no mercado de trabalho urbano. *Dados*, v.50, n.2, p.393-433, 2007.

Pierson D. Brancos e pretos na Bahia: estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, 486p.

Ribeiro CAC. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados*, v.49, n.4, p.833-873, 2006.

Silva NV. Cor e processo de realização socioeconômica. In: Hasenbalg C; Silva NV (Eds). Estrutura social, mobilidade e raça. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988, p.144-163.

Souza LG, Santos RV. Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro-Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil. Cad. Saúde Pública, n.17, v. 2, p. 355-65, 2001.

Teixeira P, Brasil MC. Estudo demográfico dos Sateré-Mawé: um exemplo de censo participativo. In: Pagliaro H, Azevedo MM, Santos RV, organizadores. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 135-154.

Telles E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003, 347p.

Wong L, Morell MGG, Carvalho RL. Notas sobre o comportamento reprodutivo dos povos indígenas no período de 1991-2000. Rev. bras. estud. popul., vol.26, n.1, pp. 61-75, 2009.

Wood CH, Carvalho JAM. The demography of inequality in Brazil. New York: Cambridge University Press, 1988, 303p.